

Art. 2º O Programa de Desburocratização, Inovação e Eficiência da Administração Municipal deverá contemplar o planejamento e a implementação de medidas integradas em uma agenda de transformações da gestão, estruturadas em projetos, com linha de tempo definida, que objetivem:

I - promover a governança corporativa, assegurar a prevenção de riscos e ampliação da transparência, no âmbito da prestação dos serviços públicos municipais;

II - promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, valendo-se de ferramentas tecnológicas que maximizem resultados e diminuam custos operacionais e financeiros;

III - promover o engajamento da força de trabalho no âmbito municipal, conjugando esforços de integrantes dos diversos órgãos e entidades municipais, com a colaboração de entes e ou entidades públicas e da iniciativa privada, em projetos estruturantes de interesse público do município, com vistas a promoção da redução de custos, definidos pelo Comitê Gestor a que alude o art. 3º ou pelo Chefe do Poder Executivo.

IV - promover a maior eficiência da Administração Pública Municipal na análise de projetos e atividades desempenhadas pelas pessoas físicas e jurídicas, abreviando a solução dos casos em que a intervenção do poder público se fizer imprescindível, mediante a:

- a) descentralização das decisões administrativas;
- b) simplificação do trabalho administrativo;
- c) redução de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco, resguardado o interesse público.

Art. 3º Para consecução dos objetivos dispostos neste Decreto, fica constituído o Comitê Gestor da Desburocratização, Inovação e Eficiência Administrativa, com a seguinte composição;

- I - Membros efetivos:
- a) Secretário de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente;
 - b) Secretário de Mobilidade e Controle Urbano;
 - c) Controlador Geral do Município;
 - d) Secretário de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas;
 - e) Secretário de Finanças;
 - f) Procurador Geral do Município.
 - g) Presidente da Empresa Municipal de Informática - EMPREL;
 - h) Presidente da Agência Recife para Inovação e Estratégia;
 - i) Secretaria de Planejamento Urbano.

- II - Membros permanentes designados pelos respectivos titulares dos órgãos e entidades representados:
- a) 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas, com expertise em gerenciamento de processos, para exercer a atribuição de apoio técnico-executivo;
 - b) 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município, para avaliação jurídica das simplificações de procedimentos;
 - c) 01 (um) representante da Empresa Municipal de Informática - EMPREL, para controle das ações envolvendo projetos em Tecnologia da Informação;
 - d) 01 (um) representante da Agência Recife para Inovação e Estratégia.

§ 1º O Comitê Gestor conduzirá projetos que visem atingir os objetivos elencados no Art. 2º do deste Decreto.

§ 2º Para a consecução dos objetivos deste Decreto o Comitê Gestor poderá constituir grupos de trabalho, que ficarão sob sua coordenação, mediante recrutamento e requisição de servidores da administração municipal direta e indireta.

§ 3º Poderão participar, voluntariamente, das ações do Programa de Desburocratização, Inovação e Eficiência da Administração Municipal, pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada, mediante prévia aprovação do Comitê Gestor.

- Art. 4º** Compete ao Comitê Gestor da Desburocratização, Inovação e Eficiência Administrativa:
- I - implantar e implementar o Programa de Desburocratização, Inovação e Eficiência da Administração Municipal;
 - II - acompanhar as ações destinadas a simplificar os procedimentos burocráticos e dinamizar a atuação da Administração Pública Municipal;
 - III - estimular os órgãos e as entidades públicas municipais no processo de priorização e revisão de procedimentos, fluxogramas e instrumentos legais que interferem na qualidade e agilidade dos serviços públicos, prestados direta ou indiretamente aos cidadãos, às empresas e a outras entidades organizadas, ressalvado o interesse público;
 - IV - promover a cooperação e a interação entre os órgãos e as entidades do Poder Público, das esferas municipal, estadual e federal, voltados para o processo de desburocratização;
 - V - avaliar os resultados alcançados pelo Programa de Desburocratização, Inovação e Eficiência da Administração Municipal;
 - VI - estabelecer metas para a adoção de medidas de simplificação burocrática;
 - VII - propor modificações da legislação nas áreas de sua competência.

Art. 5º Os servidores designados para compor como membro permanente, a que se refere o inciso II, do Art. 3, deste Decreto, bem como aqueles requisitados para constituírem os grupos de trabalho serão contemplados com a Gratificação pela Participação em Grupo Especial de Trabalho, prevista no Estatuto do Funcionário Público e regulamentada pela Lei nº 18.132 de treze de abril de 2015, até o prazo de entrega do respectivo projeto.

Art. 6º A execução dos projetos, coordenados pelo Comitê Gestor, seguirá o ciclo PDCA (Planejamento, Execução, Checagem e Ação) e contemplará linha do tempo para entrega compartimentada de resultados, os quais serão monitorados pela Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas, sem prejuízo da inclusão no ciclo de monitoramento do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 15 de fevereiro de 2017.

GERALDO JULIO DE MELLO FILHO
Prefeito do Recife

RICARDO NASCIMENTO CORREIA DE CARVALHO
Procurador Geral do Município

SILENO SOUSA GUEDES
Secretario de Governo e Participação Social

JORGE LUIS MIRANDA VIEIRA
Secretário de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 30.255 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

Aloca no Quadro de Cargos de Direção e Assessoramento Superior e Cargos de Apoio e Assessoramento e Funções Gratificadas na Secretaria Secretária da Mulher.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 54, inciso IV e VI, alínea "a", da Lei Orgânica do Município do Recife, e,

CONSIDERANDO o disposto nas Leis Municipais nº 17.855/2013; nº 17.877/2013; nº 17.958/2013; nº 18.000; nº 18.034/2014; nº 18.120/2015 e nº 18.127/2015;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 18.291/2016 e Decreto Municipal nº 30.169/2016;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no § 3º do Decreto Municipal nº 30.169/2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alocados, no Quadro de Cargos de Direção, Assessoramento Superior, Cargos de Apoio e Assessoramento e Funções Gratificadas de Direção e Assessoramento da Secretaria da Mulher, os cargos constantes no anexo único deste Decreto.

Art. 2º O cargo de Secretária da Mulher terá subsídio previsto no inciso III do Art 1º, da Lei Municipal nº 17.301, de 05 de fevereiro de 2007.

Art. 3º Até 30 de junho de 2017, todas as unidades gestoras elencadas na Lei nº 18.291/2016 deverão propor os seus Regimentos Internos, as atribuições e competências de suas unidades administrativas, de acordo com as estruturas organizacionais publicadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos a partir de 01 de Fevereiro de 2017.

Recife, 01 de fevereiro de 2017.

GERALDO JULIO DE MELLO FILHO
Prefeito do Recife

RICARDO DO NASCIMENTO CORREIA DE CARVALHO
Procurador-Geral do Município

SILENO SOUSA GUEDES
Secretário de Governo e Participação Social

JORGE LUIS MIRANDA VIEIRA
Secretário de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas

MARIA APARECIDA PEDROSA BEZERRA
Secretária da Mulher
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 30.255, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017.

Cargos Comissionados e Funções Gratificadas de Direção e Assessoramento		
Denominação	Símbolo	Quantidade
Gerente Geral de Promoção de Cidadania para Mulheres	CDA-4	1
Gerente Geral de Articulação das Ações de Gênero	CDA-4	1
Gerente de Enfrentamento à Violência	CDA-5	1
Gerente de Desenvolvimento Sustentável para a Igualdade de Gênero	CDA-5	1
Gerente de Programas e Ações Temáticas	CDA-5	1
Gerente de Planejamento e Gestão	CDA-5	1
Assessor Técnico de Políticas de Gênero	CDA-5	2
Gestor de Unidade de Promoção da Cidade Segura	CAA-1	1
Gestor de Unidade de Gestão do Centro Júlia Santiago	CAA-1	1
Gestor de Unidade de Gestão do Centro de Referência Clarice Lispector	CAA-1	1
Gestor de Unidade de Empoderamento Econômico das Mulheres	CAA-1	1
Gestor de Unidade de Relações Intersetoriais	CAA-1	1
Gestor de Unidade de Orçamento e Finanças	CAA-1	1
Secretária de Gabinete	CAA-2	1
Assessor de Políticas Intersetoriais de Gênero	CAA-2	2
Chefe de Divisão de Formação para Igualdade e Cidadania	CAA-2	1
Chefe de Divisão de Autonomia Econômica	CAA-2	1
Chefe de Divisão de Difusão da Política de Gênero	CAA-2	1
Chefe de Divisão de Captação de Recursos	CAA-2	1
Chefe de Divisão de Infraestrutura Administrativa	CAA-2	1
Chefe de Setor de Apoio Administrativo do Centro Júlia Santiago	CAA-3	1
Chefe de Setor de Apoio Administrativo do Centro Clarice Lispector	CAA-3	1
Chefe de Setor de Fortalecimento Sociopolítico das Mulheres	CAA-3	1
Chefe de Setor de Pesquisa e Estatística	CAA-3	1
Chefe de Setor de Articulação Temática	CAA-3	1
Chefe de Setor de Campanhas e Materiais	CAA-3	1
Chefe de Setor de Compras e Almoxarifado	CAA-3	1
Chefe de Setor de Gestão de Pessoas	CAA-3	1
Assistente de Apoio ao Gabinete	CAA-4	1
Assistente de Apoio ao Conselho Municipal	CAA-4	1

DECRETO Nº 30.238 DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

Aloca no Quadro de Cargos de Direção e Assessoramento Superior e Cargos de Apoio e Assessoramento e Funções Gratificadas na Secretária de Turismo, Esportes e Lazer.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 54, inciso IV e VI, alínea "a", da Lei Orgânica do Município do Recife, e,

CONSIDERANDO o disposto nas Leis Municipais nº 17.855/2013; nº 17.877/2013; nº 17.958/2013; nº 18.000; nº 18.034/2014; nº 18.120/2015 e nº 18.127/2015;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 18.291/2016 e Decreto Municipal nº 30.169/2016;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no § 3º do Decreto Municipal nº 30.169/2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alocados, no Quadro de Cargos de Direção, Assessoramento Superior, Cargos de Apoio e Assessoramento e Funções Gratificadas de Direção e Assessoramento da Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer, os cargos constantes no anexo único deste Decreto.

Art. 2º O cargo de Secretário de Turismo, Esportes e Lazer terá subsídio previsto no inciso III do Art 1º, da Lei Municipal nº 17.301, de 05 de fevereiro de 2007.

Art. 3º Até 30 de junho de 2017, todas as unidades gestoras elencadas na Lei nº 18.291/2016 deverão propor os seus Regimentos Internos, as atribuições e competências de suas unidades administrativas, de acordo com as estruturas organizacionais publicadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos a partir de 01 de Fevereiro de 2017.

Recife, 30 de janeiro de 2017.

GERALDO JULIO DE MELLO FILHO
Prefeito do Recife

RICARDO DO NASCIMENTO CORREIA DE CARVALHO
Procurador-Geral do Município

SILENO SOUSA GUEDES
Secretário de Governo e Participação Social

JORGE LUIS MIRANDA VIEIRA
Secretário de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas

ANA PAULA DE OLIVEIRA VILAÇA LEAL
Secretário de Turismo, Esportes e Lazer
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)